

02 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juíza é agredida por PMs presos ao fazer vistoria em batalhão no Rio

A magistrada Daniela Barbosa Assumpção de Souza levou um tapa no rosto e teve a blusa rasgada

**Agressores são
suspeitos de elo com
milícias e aguardam
sentença; Justiça
manda fechar unidade**

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

A juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza, responsável pela fiscalização dos presídios no Rio, foi agredida por policiais militares que estão presos por suspeita de prática de crimes.

A agressão ocorreu na tarde desta quinta-feira (1º), durante vistoria no Batalhão Especial Prisional (BEP), em Benfica, na zona norte do Rio. A unidade abriga policiais militares que aguardam a definição de suas penas.

A confusão aconteceu no terceiro andar, onde ficam policiais acusados de envolvimento com milícias. Há dois meses, a juíza tenta acabar com regalias e já havia suspenso as visitas íntimas.

A **Folha** apurou que um dos policiais deu um tapa no rosto da juíza e rasgou sua blusa. Ela perdeu os óculos e os sapatos. Os seguranças tentaram defendê-la e acabaram espancados pelos presos.

O confronto só foi encerrado quando policiais que es-

tão presos em outras alas interferiram e liberaram a magistrada. A juíza deixou a unidade e retornou, logo depois, com reforço policial.

Junto com PMs da Corregedoria interna da corporação, a magistrada identificou pelo menos quatro agressores. Esses policiais serão transferidos para o presídio de segurança máxima de Bangu 1, na zona oeste do Rio.

FECHAMENTO

A agressão contra a magistrada causou reações de integrantes do Judiciário no Rio e pelo país, que repudiaram a ação. O ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) apure o caso.

“Os juízes, cuja força repousa na sua autoridade, precisam ter todas as condições para exercer as suas funções com a maior segurança”, disse.

Horas após a agressão, a Justiça determinou o fechamento da unidade. Os 221 policiais que aguardam sentença devem ser transferidos para outras unidades na região metropolitana até sábado.

Em nota, o Tribunal de Justiça diz ser “inadmissível que o trabalho de uma juíza seja interrompido pela violência cometida por presos”.

Há dois meses, a juíza visitou o BEP e encontrou camas de casal nas celas, forno micro-ondas, além de R\$ 3.000 e um videogame.

Em outros pontos da unidade, a fiscalização encontrou uma churrasqueira e um forno para pizza. Geladeiras com carne para churrasco e engradados de cerveja foram achados numa capela.

A juíza decidiu suspender as visitas íntimas e determinou que os objetos fossem retirados e que fossem feitas obras no local, já que havia divisórias nas celas.

Nesta quinta, a magistrada, acompanhada por cinco seguranças, voltou para saber se suas determinações haviam sido cumpridas. Os presos suspeitos de integrar uma milícia impediram o grupo de entrar no terceiro andar e deram início à confusão.

Para o secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, “não chegou a ser uma rebelião. Foi uma discussão entre a juíza, seus seguranças e milicianos que estavam por ali. Esse é um dos motivos pelos quais a gente há tempos pede a retirada do batalhão prisional dali”.

A juíza está há 13 anos na magistratura — a maior parte do tempo em Varas Criminais. Ele ainda acumula três passagens pela fiscalização eleitoral (2008, 2010 e 2014).

02 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Suíça diz que Eduardo Cunha tem controle de quatro contas

Uma das contas tem o presidente da Câmara e sua mulher como beneficiários

Revelação feita por procuradores suíços constrange deputado, que em março negou ter dinheiro fora do Brasil

Procuradores da Suíça informaram seus colegas brasileiros que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tem o controle de ao menos quatro contas secretas, segundo a **Folha** apurou com investigadores que atuam no caso.

Uma dessas contas tem como beneficiários Cunha e sua mulher, a jornalista Claudia Cordeiro Cruz, que foi apresentadora de telejornais da Rede Globo ente 1989 e 2001.

A revelação feita pelas autoridades suíças criou constrangimento para Cunha, que é acusado pela Procuradoria-Geral da República de receber propina do esquema de corrupção descoberto pela Operação Lava Jato na Petrobras.

Cunha foi questionado sobre o assunto no plenário da Câmara nesta quinta (1), mas se recusou a responder. A pergunta foi feita da tribuna pelo líder da bancada do PSOL, deputado Chico Alencar (RJ).

“O presidente Eduardo Cunha tem ou não tem contas na Suíça?”, perguntou Alencar. “Será que esse assunto vai ficar abafado aqui na Câmara?”

Cunha, que presidia a sessão, não olhou para o deputado em nenhum momento. Quando Alencar concluiu o discurso, Cunha ignorou a pergunta e limitou-se a dar continuidade à votação de um projeto na área de segurança pública: “Como vota a Rede?”

O presidente da Câmara desistiu de uma viagem à Itália que estava marcada para esta quinta. Ele explicou a deputados que resolveu cancelar a viagem para “enfrentar a situação” e não ser acusado de “estar fugindo” agora.

Os valores depositados nas quatro contas associadas a Cunha foram bloqueados pelas autoridades suíças, que não revelaram o valor total.

As contas foram abertas em nome de empresas sediadas em paraísos fiscais, países que, diferentemente da Suíça, não costumam colaborar com investigações sobre lavagem de dinheiro e corrupção.

O Ministério Público da Confederação Suíça começou em abril a investigar a suspeita de que Cunha escondera dinheiro no país. Nesta semana, transferiu o caso para as autoridades brasileiras, como fez antes com outras pessoas investigadas pela Lava Jato.

Os lobistas Júlio Camargo e Fernando Soares, que fizeram acordo de delação pre-

miada e colaboram com as investigações, dizem ter repassado US\$ 5 milhões em propina a Cunha para garantir um contrato com a Petrobras.

Outro lobista ligado ao PMDB, João Augusto Henriques, preso em 21 de setembro, disse à Polícia Federal que depositou recursos numa conta de Cunha, sem saber que pertencia ao deputado.

Qualquer brasileiro pode manter contas bancárias no exterior, mas a lei exige que elas sejam declaradas à Receita Federal, se o saldo no

fim do ano for igual ou superior a R\$ 140, e ao Banco Central, para quem tiver mais de US\$ 100 mil fora do país.

Em março deste ano, em depoimento à CPI da Petrobras, Cunha afirmou que não possuía nenhuma conta fora do Brasil. “Não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a conta que está declarada no meu Imposto de Renda”, disse.

Na declaração entregue à Justiça Eleitoral em 2014, Cunha indicou patrimônio de R\$ 1,65 milhão, incluindo uma única conta bancária, no Itaú, com saldo de R\$ 21,6 mil.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O QUE DIZEM OS DEPOIMENTOS

CONTINUAÇÃO

De acordo com o Código de Ética da Câmara, a omissão de informação patrimonial relevante é um dos motivos que “constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato”.

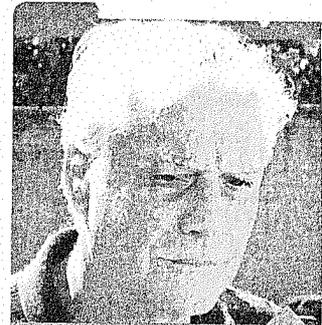
Qualquer deputado pode pedir a abertura de um processo de cassação do mandato de Cunha, mas ele só seguiria adiante se fosse aceito pelo Conselho de Ética da Câmara, colegiado hoje controlado por deputados fiéis a Cunha.

O advogado de Cunha, Antonio Fernando de Souza, disse por meio de nota que não faria comentários sobre as contas encontradas na Suíça e que o deputado pretende se defender no Supremo Tribunal Federal, que ainda não decidiu se aceita a denúncia apresentada pela Procuradoria contra Cunha. (MARIO CESAR CARVALHO, AGUIRRE TALENTO, DÉBORA ÁLVARES, MÁRCIO FALCÃO E RANIER BRAGON)



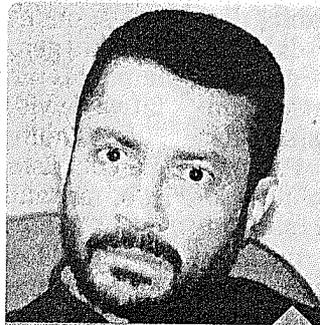
Julio Camargo

O lobista, que fechou acordo de delação premiada, afirmou que foi pressionado por Cunha a pagar propina de US\$ 5 milhões em troca de um contrato com a Petrobras



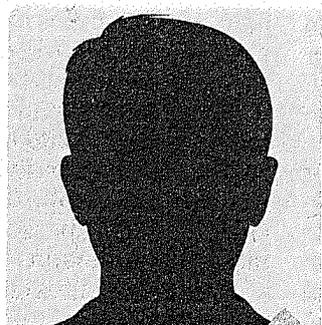
João Augusto Henriques

Segundo lobista associado por investigadores ao PMDB, disse à PF ter feito repasse a Cunha por meio de conta na Suíça, mas que à época não sabia tratar-se do deputado



Romaldo "Balano" Soares

Apontado como intermediário do PMDB no esquema de corrupção na Petrobras, o lobista e delator também acusou Cunha de ter recebido propina de US\$ 5 milhões



Romaldo Soares

Segundo o ex-gerente da estatal, Cunha tinha a “palavra final” nas indicações para a diretoria Internacional, que fechou o contrato dos navios-sondas sob suspeita

O QUE PODE ACONTECER COM ELE

➤ No STF

Caso o Supremo aceite a denúncia contra Cunha, ele vira réu e pode ser condenado

➤ Cassação

Pode enfrentar processo por quebra de decoro na Câmara e ter o mandato cassado

➤ Renúncia

Cunha pode deixar a presidência da Câmara para tentar minimizar seu desgaste

CUNHA NA MIRA

O que pesa contra o presidente da Câmara no escândalo da Lava Jato



O que diz o Ministério Público Federal

Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi denunciado ao STF sob acusação de ter recebido propina de R\$ 5 milhões em contratos da Petrobras com a Samsung Heavy Industries para fornecimento de navios-sondas



O que diz Cunha

O deputado tem negado irregularidades. Nesta quinta (1º), porém, ignorou questionamento feito durante sessão no plenário da Câmara sobre a acusação de que tem contas no exterior



Contas na Suíça

Procuradores do país europeu encontraram quatro contas atribuídas a Cunha, abertas em nomes de offshores. Os valores, ainda não revelados, foram bloqueados por suspeita de relação com suborno e lavagem

02 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Gonexão suíça

Descoberta de contas de Eduardo Cunha no exterior torna mais problemática sua permanência no comando da Câmara dos Deputados

Complica-se, com o noticiário destes últimos dias, a situação do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Alvo de denúncia, apresentada em agosto pelo Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal, na qual era implicado no esquema de propinas na Petrobras, o peemedebista se enreda agora na revelação de que possui contas secretas na Suíça — onde foi alvo de investigação sobre corrupção e lavagem de dinheiro.

Acentua-se a diferença entre ter seu nome citado por delatores na Operação Lava Jato e perceber-se, mais e mais, às voltas com sinais concretos de que os depoimentos colhidos ao longo das investigações são corroborados por outras vias.

Até então, o caso contra Cunha amparava-se basicamente em declaração do lobista Julio Camargo, em acordo de delação premiada. Depois de uma negativa inicial, o delator narrou ter recebido do deputado a exigência de US\$ 5 milhões para facilitar negócios da empresa sul-coreana Samsung Heavy Industries com a Petrobras.

Em outra peça do quebra-cabeça, a **Folha** revelou em abril deste ano que partira do computador de Cunha na Câmara um requerimento solicitando investigações sobre

a Mitsui, empresa associada à transação intermediada por Camargo.

O sentido de tal documento seria pressionar a fornecedora da Petrobras para que pagasse o benefício indevido e esperado. Eduardo Cunha sustentou que nada a tinha a ver com o episódio, sendo comum a prática de franquear a colegas a senha do computador oficial.

Embora comprometedoras, tais revelações correspondiam a uma fase ainda incipiente na investigação. Com veloz desassombro, Cunha foi refutando cada detalhe das acusações.

Em março, na CPI da Petrobras, negou possuir contas fora do país. Pela documentação disponibilizada pelas autoridades suíças, no entanto, seriam quatro, em seu nome e no de familiares. Os valores nelas depositados sofreram bloqueio, pela suspeita de terem origem em pagamento de suborno.

Cunha recusa-se a falar sobre o assunto, enquanto renascem as pressões para afastá-lo da presidência da Câmara. Na visão desta **Folha**, a renúncia ao posto será inescapável em caso de abertura de processo penal pelo STF.

Já neste momento, de todo modo, a ausência de esclarecimentos satisfatórios contamina a imagem da própria Casa legislativa.

Há que se admitir, à falta de elucidação cabal, a possibilidade de sua inocência, de má-fé dos delatores, de incompetência por parte do Ministério Público da Suíça; presumir tudo isso se torna, contudo, mais difícil a cada dia.

JOSÉ SIMÃO

E reparou que todo mundo
que tem conta na Suíça nega
que tem conta na Suíça? A
Suíça é um banco fantasma!

02 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Prisão de Dirceu satisfaz opinião pública, diz defesa

Trata-se da primeira manifestação formal no processo da Lava Jato em que petista é réu

A defesa do ex-ministro José Dirceu entregou nesta quinta (1º) a sua primeira manifestação formal à Justiça Federal no Paraná, onde o petista é réu em processo ligado à Operação Lava Jato.

A peça questiona declarações de delatores e diz que a prisão de Dirceu era previsível, por ser “uma ‘causa’ simpática à opinião pública” e pela “impopularidade” do PT.

O documento, assinado pelo advogado Roberto Podval, diz que, segundo a própria acusação, o esquema de cartel de empreiteiras na Petrobras existia desde o governo FHC.

Dirceu é acusado de receber propina de empreiteiras com contratos na estatal por meio de sua empresa de consultoria. A defesa nega as suspeitas e afirma que os serviços foram prestados.

A defesa ainda afirma que a denúncia se baseia em “fofocas” e em um “amontoado de palavras”. (FELIPE BÄCHTOLD)

Extradição de Pizzolato vai ocorrer após dia 7

O Ministério da Justiça da Itália informou às autoridades brasileiras que o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato poderá ser extraditado a partir da próxima quarta-feira (7).

A partir desta data, o Brasil tem 20 dias para conduzir Pizzolato de volta ao país de onde fugiu em 2013 para não cumprir a pena de 12 anos e 7 meses de prisão a que foi condenado no julgamento do mensalão.

A última instância da Justiça administrativa italiana considerou a extradição válida.

02 OUT 2015

GAZETA DO POVO

» CASO VOLDEMORT

TJ arquivava apuração contra secretária

| Catarina Scortecchi

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) determinou o arquivamento do expediente que poderia resultar na abertura de uma investigação contra a secretária estadual de Administração, **Dinorah Nogara (foto)**, no caso Voldemort. A decisão foi tomada de forma unânime pelos desembargadores, no último dia 21, e acata o parecer da procuradora de Justiça Samia Saad Gallotti Bonavides, que já havia se manifestado no início de agosto pelo arquivamento.

Para Samia, as conexões do caso Voldemort com a secretária não eram suficientes para a abertura de uma investigação. “Agora não há mais nada contra ela”, disse o advogado de Dinorah, Renato Andrade. A operação apura a suspeita de fraude na licitação para contratar o serviço de conserto de viaturas do governo na região de Londrina.

O expediente partiu dos investigadores do Ministério Público de Londrina, que estão à frente do caso Voldemort, mas não têm competência legal para investigar pessoas com foro especial, caso da Dinorah. Somente o TJ poderia dar o aval para a abertura de uma investigação dentro do Ministério Público.

A decisão do TJ deve ter impacto na ação penal do caso Voldemort, que está paralisada na 3.ª Vara Criminal de Londrina desde setembro, em função de uma liminar obtida pela defesa do empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa. Abi é um dos sete réus no processo.

O impacto ocorre porque, para suspender a ação penal, a defesa de Abi argumentou que a 3.ª Vara Criminal de Londrina não era competente para julgar o caso, já que secretários de estado só podem ser julgados pelo Tribunal de Justiça. Embora Dinorah não figure entre os réus do processo e nem tenha sido de fato investigada, a maioria dos desembargadores entendeu ser “inegável” a existência de “investigação em curso em face de agente detentor de foro por prerrogativa de função” e concedeu uma liminar à defesa de Abi, suspendendo a ação penal até julgamento do mérito do caso.



02 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Defensoria vai ao STF para aumentar orçamento

! A Defensoria Pública do Paraná recorreu novamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tentativa de melhorar a fatia orçamentária prevista para o órgão pelo governo do estado. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), protocolada no último dia 10 pela Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep), tenta derrubar trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que prevê R\$ 45 milhões para a Defensoria em 2016. Em 2015, o orçamento do órgão é de R\$ 140 milhões.

A Anadep pede na ADI para que os R\$ 140 milhões sejam mantidos no ano que vem. “Enquanto o orçamento do Poder Judiciário representará 9,5% do orçamento do estado em 2016 e o do Ministério Público, 4,1%, a Defensoria Pública participará com míseros 0,1% do total arrecadado pelo Estado do Paraná para criação de despesas”, diz trecho dos argumentos levados pela entidade ao STF.

Regulamentada em 2011, a Defensoria só começou a funcionar em 2013. Hoje atuam 76 defensores públicos em apenas 22 comarcas do Paraná, o que significa que eles estão ausentes nas 85 comarcas restantes. (CS)

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Paraná registra quatro mortes por dia no trânsito em 2015

Foram 769 mortes no primeiro semestre, 10% menos que no ano anterior. No mesmo período, Curitiba teve 90 acidentes fatais, 12% a mais que em 2014

Diego Ribeiro

Quatro pessoas morreram por dia no trânsito no Paraná no primeiro semestre deste ano. É o que aponta o relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. O Paraná registrou um total de 769 neste mesmo período, 10% a menos que nos seis primeiros meses do ano passado. Apesar da queda estadual, aumentou em 12% o número de mortes no trânsito em Curitiba. Curitiba registrou 90 homicídios culposos de trânsito em 181 dias — média de um caso a cada dois dias.

Mesmo com o crescimento recente neste semestre, menos pessoas têm morrido na cidade desde quando a lei seca ficou mais rigorosa, no final de 2011. De lá para cá, a queda é a regra na maior parte do estado. Para o porta-voz do Batalhão de Polícia de Trânsito de

Curitiba, tenente Ismael Veiga, a queda é mais relevante dado o aumento gradativo de 3% na frota anual.

Por isso, Veiga defende que, além da mudança da lei, as fiscalizações e campanhas de educação do Departamento de Trânsito, da própria PMe da prefeitura de Curitiba têm colaborado muito com efeito positivo. Uma novidade, na avaliação do policial, é que mais pessoas denunciam locais perigosos e veículos vistos em situação que pode colocar a vida das pessoas em risco, como em alta velocidade.

“Antes, as pessoas se lembravam do Batalhão de Trânsito só na hora do acidente, agora elas ligam no 190 e avisam antes”, disse. Mas, segundo o policial, é preciso reforçar cada vez mais blitzes e campanhas para manter o ritmo de queda, pois há ainda pontos negativos que mantêm um número alto de mortes. “Em alguns aspectos, os novos motoristas têm trazido uma cultura nova. Eles não ligam de usar capacete e cinto, por exemplo”, disse.

Por outro lado, esses mesmos jovens, entre 18 e 30 anos de idade, estão presentes ao volante, conforme contou o policial, em mais da metade dos acidentes com mortes que

envolvem álcool e alta velocidade. “As pessoas que estão morrendo também são jovens. Ano passado, em torno de 40% das vítimas de acidentes com motocicletas tinham esse perfil”, comentou Veiga.

Curitiba e mais seis cidades concentram 36% de todos os homicídios culposos de trânsito do estado. O que chama a atenção é que Maringá passou a figurar entre as cidades com mais mortes no trânsito. Em seis meses, foram 24 homicídios culposos nas ruas da cidade. Para o comandante do 4.º Batalhão da Polícia Militar em Maringá, tenente-coronel Antônio Roberto dos Anjos, a cidade tem uma peculiaridade. “É um dos mais elevados índices de carros por pessoa no estado. Aqui tem quase 400 mil habitantes e mais de 300 mil veículos e mais de 50% dos acidentes envolvem moto. Torna o trabalho mais difícil”, ressaltou. O comandante ressaltou, contudo, que tem aplicado o efetivo da polícia nas áreas de mais incidência de acidentes.

CONTINUA

02 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O QUE DIZ A LEI SECA

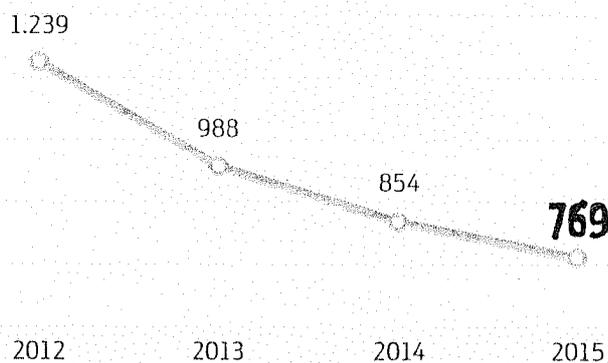
Desde dezembro de 2012, a multa para quem é flagrado dirigindo alcoolizado ou sob efeito de outra substância psicoativa passou de R\$ 957 para R\$ 1.915,40. A pena é a mesma para quem se recusa a fazer o teste do bafômetro. O veículo e a habilitação também são retidos. Pela lei, qualquer concentração de álcool no sangue ou ar alveolar já caracteriza uma infração.

TRÂNSITO MENOS VIOLENTO

Paraná registrou menos 10% de mortes no trânsito nos primeiros seis meses deste ano. Curitiba registrou mais 12%.

	2012	2013	2014	2015
Curitiba	121	99	80	90
Foz do Iguaçu	42	25	31	25
Umuarama	17	21	19	24
Maringá	30	31	28	24
Londrina	68	43	9	48
Ponta Grossa	55	56	55	29
Cascavel	51	36	34	38

TOTAL NO PARANÁ



Fonte: Sesp. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

02 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dados mostram que as mortes por acidente aumentaram mais de 400% em Londrina neste ano

O número de homicídios culposos de trânsito aumentou mais de 400% em Londrina neste ano. O dado é da Secretaria de Estado da Segurança Pública. A disparada atípica se deve a 2014, um ano anormal na realidade do trânsito londrinense. Nos primeiros seis meses do ano passado, morreram nove pessoas vítimas da violência no trânsito. No mesmo período deste ano foram 48 vítimas.

O fenômeno de 2014, no en-

tanto, ainda não foi bem compreendido pelo comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar em Londrina, major José Luiz de Oliveira. Sobre o aumento, ele reputa a violência nas rodovias que cortam a cidade, a PR 445 e BR 369. "Na rodovia estadual, o trecho urbano está sendo duplicado e a tendência é que os acidentes diminuam", ressaltou.

Na avaliação dele, tanto nas ruas da cidade, como nas rodovias há boa sinalização. Mas as estradas têm movimento alto de pedestres, o que aumenta o risco devido à falta de atenção e à imprudência de motoristas. A estrada federal, é caminho entre Rolândia e Ibiaporã, o que também aumenta o tráfego de passagem.

Vítimas de trânsito custam R\$ 40 bilhões por ano ao Brasil

O governo federal gasta cerca de R\$ 40 bilhões por ano em despesas com vítimas de acidentes de trânsito no país inteiro. São despesas que vão desde a remoção dos acidentados até o pagamento de indenizações com seguro obrigatório e os gastos no Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados foram divulgados recentemente no site da Câmara Federal pela Federação Nacional das Associações de Detrans (Fenassetran).

Segundo o que o presidente da Fenassetran, Mário Con-

ceição, disse à Câmara 75% dos leitos hospitalares em hospitais públicos estão ocupados com pessoas vitimadas em acidentes de trânsito.

Projeto

O país registra a morte de 130 pessoas por dia no trânsito. Por isso, o Departamento de Trânsito do Paraná (Detran) apresentou na quarta-feira (30), em Curitiba, as ações preventivas e educativas promovidas no estado dentro do Projeto Vida no Trânsito, uma iniciativa Global, divulgada nacionalmente em agosto. O projeto integra uma ação global em 10 países, coordenada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-

Americana de Saúde (Opas) e Bloomberg Philanthropies.

No estado

No Paraná, o Vida no Trânsito é coordenado por uma Comissão Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança, com participação do Detran, e outros órgãos estaduais. Entre as funções da comissão estão a elaboração do planejamento conjunto para redução do número de acidentes e a prestação de apoio informacional (coleta, gestão e análise de dados), como principal ferramenta de ação e fiscalização no trânsito. Hoje, três cidades paranaenses integram o programa: Curitiba, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu.

02 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Advogado paranaense nega qualquer favorecimento a empresas de ônibus no DF

Fernanda Trisotto

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Transporte da Câmara do Distrito Federal, o advogado Sacha Reck negou que tenha havido favorecimento a empresas na licitação que renovou as concessões do transporte coletivo de Brasília em 2012. Reck participou da elaboração do edital de concorrência e já representou uma empresa do interior de São Paulo, ligada ao grupo Constantino, e ao Sindicato das Empresas de Curitiba e região (Setransp), que tem uma empresa que participou da licitação no Distrito Federal. Esse vínculo com os dois lados da mesma concorrência foi o motivo da convocação para prestar esclarecimentos aos deputados, na quinta-feira (1).

A Viação Marechal, que atua em Curitiba, foi uma das vencedoras da concorrência no Distrito Federal. Reck nunca atendeu a empresa diretamente, mas reconhece que ela faz parte do Setransp, sindicato que ele representa no Paraná. O sistema de transporte de Curitiba e região já foi alvo de CPI na Câmara Municipal, auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TC) e da própria prefeitura. Outra vencedora da concorrência foi a Viação Piracicabana, ligada ao Grupo Constantino. Reck já prestou consultoria para uma empresa

do interior de São Paulo, a Transporte Coletivo Grande Bauru. Essa empresa possui um sócio que é da família Constantino. "Há famílias com sobrenome e tradição e com diversas empresas na mesma área, o que não significa que são do mesmo grupo econômico", diz.

O presidente da CPI, deputado Renato Andrade (PR), afirmou que a situação "é, no mínimo, imoral". Já a deputada Celina Leão (PDT), que chegou a acompanhar a CPI do Transporte em Curitiba, onde Reck também depôs, disse que "o processo da legalização da corrupção foi o edital". O advogado negou o conflito de interesses e, em sua defesa, apresentou um parecer do jurista Marcel Fernandes Filho, alegando que as ações não são vinculantes. Reck afirmou que apenas emitia pareceres durante seu trabalho como consultor do consórcio Logit-Logitrans, que gerenciou a licitação do transporte, e que eles poderiam ser acatados ou não pelo então secretário de transportes do Distrito Federal José Walter Vazquez. A empresa Logitrans, que participa do consórcio, tem entre os sócios o pai e o irmão de Reck.

A CPI aprovou, por unanimidade, a quebra do sigilo telefônico de Sacha Reck, Garro-ne Reck (seu pai e sócio da Logitrans), do ex-diretor do DFTrans, Marco Antônio Campanella e de outros envolvidos no processo. Sacha, por sua vez, levou documentos de sua movimentação financeira e fiscal à CPI, mas se mostrou reticente à quebra de sigilo telefônico, em razão da privacidade que é obrigado a garantir aos seus demais clientes.

02 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Nova vara vai aliviar Justiça Federal, 'afogada' pela LavaJato

Kelli Kadanus

! A Justiça Federal de Curitiba ganhou uma nova Vara Criminal. A partir da quinta-feira (1.º), a 23.ª Vara Federal de Curitiba, que antes tinha competência para execuções fiscais, passará a atuar na esfera criminal. De acordo com a Justiça Federal, a mudança foi motivada pelo número e pela complexidade envolvida nas ações penais, situação que se agravou ainda mais com a Operação LavaJato.

Atualmente, são três varas especializadas na esfera criminal na Justiça Federal de Curitiba: 12.ª, 13.ª e 14.ª Varas. O juiz federal Sergio Moro, titular da 13.ª Vara, passou a se dedicar exclusivamente aos processos da LavaJato.

O titular da nova Vara Criminal será o juiz federal Nivaldo Brunoni. Ele vai passar a julgar crimes de organizações criminosas, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem ou ocultação de bens, crimes ambientais e do juizado especial criminal.

“Constatou-se, após a Lava Jato e outras operações desencadeadas pela Polícia Federal, que realmente houve um aumento da demanda criminal.”

Nivaldo Brunoni, juiz federal da nova Vara Criminal de Curitiba.

Itália autoriza extradição de Pizzolato

! O ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato será extraditado para o Brasil a partir da próxima quarta-feira (7). A extradição foi autorizada na quinta-feira (1.º) pelo Ministério da Justiça da Itália. Na semana passada, a principal instância da Justiça administrativa italiana, o Conselho de Estado, rejeitou o recurso impetrado pelo ex-diretor do Banco do Brasil e deu aval para que ele fosse extraditado para cumprir a pena de 12 anos e 7 meses de prisão a que foi condenado no processo do mensalão.

02 OUT 2015

GAZETA DO POVO

DESMEMBRAMENTO Moro recebe mais 4 pedidos para fatiar a Operação Lava Jato

■ Ao menos mais quatro investigados da Operação Lava Jato entraram com pedidos, nos últimos dias, para desmembramento de suas ações do caso, que está sob a responsabilidade do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Os requerimentos são posteriores à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada, de fatiar parte das ações da Lava Jato. Os pedidos partiram das defesas de um dos sócios da construtora Engevix, José Antunes Sobrinho; do presidente do conselho de administração da empreiteira, Cristiano Kok; de Ana Cristina da Silva Toniolo, filha do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear; e de Carlos Alberto Montenegro Gallo, executivo da CG Consultoria.

Todos os advogados dos investigados alegam que Moro não tem atribuição para apreciar o caso penal dos envolvidos. Ainda não há decisão sobre os pedidos. Caso sejam rejeitados por Moro, as defesas ainda podem recorrer da decisão. Na segunda-feira (18), o juiz já havia rejeitado cinco pedidos de fatiamento da Lava Jato.

Suíça acha 4 contas atribuídas a Cunha, que sofre pressão

Deputados pedem ao presidente da Câmara que se explique. Em março, ele havia dito que não tinha dinheiro fora do país

SÃO PAULO

Das agências

Procuradores da Suíça não acharam uma só conta secreta, mas quatro, pelo menos, cujo controle é atribuído ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), segundo investigadores que atuam no caso. O valor depositado nas contas soma US\$ 5 milhões. Uma dessas contas tem como beneficiários Cunha e sua mulher, a jornalista Cláudia Cruz, que foi apresentadora de telejornais da Rede Globo ente 1989 e 2001. Uma das filhas do deputado também está entre os titulares de outra conta.

Na quarta-feira (30), o presidente da Câmara se recusou a comentar se tinha conta no exterior. Em março deste ano, em depoimento à CPI da Petrobras, ele disse que não tinha dinheiro fora do Brasil.

Os valores depositados nas quatro contas foram bloqueados pelas autoridades suíças por causa da suspeita



Cunha: US\$ 5 milhões na Suíça.

de que receberam recursos de suborno, que chegaram àquele país por meio de processos de lavagem de dinheiro.

As contas foram abertas em nome de empresas offshore, que ficam em paraísos fiscais para dificultar as investigações, já que esses países, diferentemente da Suíça, não costumam colaborar com apurações sobre lavagem de dinheiro e corrupção.

Para evitar receber dinheiro de terrorismo, de drogas e de suborno, a Suíça exige que toda conta tenha um beneficiário final. Em quatro delas o beneficiário é Cunha, segundo autoridades que investigam o caso.

O Ministério Público da Suíça começou em abril a investigar a suspeita de que Cu-

nha escondia dinheiro naquele país. A Suíça não irá prosseguir a apuração criminal sobre Cunha, como ocorre com outros suspeitos da Lava Jato. O país decidiu mandar para o Brasil todo o material encontrado sobre o presidente da Câmara para que a apuração seja feita aqui.

O advogado de Cunha, Antonio Fernando de Souza, disse em nota que não comentaria as contas encontradas na Suíça. Souza afirmou que pretende defender Cunha no inquérito contra o presidente da Câmara instaurado no Supremo Tribunal Federal. Já Cunha informou que desistiu da viagem que faria para a Itália.

Pressão

Um grupo de parlamentares de PT, PSol, PSB, PMDB e Rede apresentou na quinta-feira (1.º) um requerimento em que solicitam a Cunha informações sobre as suspeitas.

O requerimento também será apresentado à Procuradoria-Geral da República e, caso Cunha não se manifeste até a próxima semana, os parlamentares apresentarão ao Conselho de Ética da Câmara um requerimento para que o presidente mostre seus dados bancários e fiscais. Esse requerimento, no entanto, teria que ser aprovado pelo conselho.

GAZETA DO POVO

JOATHAS SOARES BELLO

02 OUT 2015

O César e os Lares

O fato de que o Estado se ponha a definir o que é “família” sugere duas coisas: que não existe mais clareza sobre o que seja a realidade familiar; e que o Estado, na linha da concepção política moderna, se coloca como árbitro para definir o conflito em torno da noção disputada.

Como quer que seja, a realidade da família está relacionada à relação de parentesco, e a mesma só pode fundar-se numa relação estável entre um homem e uma mulher abertos à geração de novas vidas. Qualquer significado que pretenda recobrir o nome “família” não pode ignorar este fato, a não ser que se queira empregar o termo de maneira absolutamente arbitrária. A geração de novas vidas através da relação heterossexual e a transmissão dos valores culturais que se dão no âmbito aberto pela mesma são o núcleo constitutivo tanto da sociedade quanto da história.

Certamente existe, há muito, uma crise que obscurece a apreensão da realidade familiar, e a mesma tem origem em vários fatores — sobretudo na assunção do paradigma de amor romântico, na separação entre sexo e casamento e na separação entre sexo e procriação. Esta crise, ao mesmo tempo em que tira visibilidade da “família tradicional” (sic), abre espaço para o crescimento de relações alternativas, possibilitando, assim, uma disputa pelo termo “família”. É neste contexto que se há de entender a intervenção dos parlamentares, a qual se vincula à ideia moderna do Estado como árbitro dos conflitos inerentes aos relacionamentos humanos; no nosso tema concreto, ele vem reconciliar os rivais que disputam a noção de “família”.

Quando os parlamentares “definem” a realidade familiar, independentemente de como tomam partido, o suposto nesta atividade político-filosófica é que a família dependeria do Estado para ser o que é — ou, ainda, que o mesmo poderia recriar a realidade familiar. Contudo, embora tal realidade, como delineada acima, nem sempre ou mesmo raramente se realize de modo perfeito atualmente, o fato inegável é que a sociedade só é viável dentro das

margens do modelo ideal e de uma mínima estrutura familiar. Cronologicamente, a família, como esboçada, antecede o Estado; e isso é um fato constatável, ou seja, observável, em princípio, por qualquer um, e anterior a qualquer teoria.

Há os que reclamam em nome dos supostos direitos das associações que imitam a família — mas nas quais falta o elemento essencial (a união conjugal heterossexual); estas podem encontrar amparo em outras leis que aquelas que regulam as relações familiares — como já tem sido feito (se com justiça ou não, seria assunto para outro artigo).

Fazer do Estado o árbitro supremo da realidade é ficar sem critério para reconhecer a tirania: afinal, os governantes são injustos quando não concordam com a posição do meu grupo ou quando não concordam com o que é razoável? Deixemos, pois, a César o que é de César, e aos Lares o que é dos Lares.

Joathas Soares Bello, doutor em Filosofia pela Universidade de Navarra, é professor da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, do Instituto Filosófico e Teológico São José do Seminário Arquidiocesano de Niterói e da Faetec-RJ.

02 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Camargo de volta ao TCE-PR

O ex-deputado Fabio Camargo reassumiu seu cargo de conselheiro no Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) na última quarta-feira. Segundo o órgão informou, ele voltou a compor a Segunda Câmara de Julgamentos e ontem passou a integrar a sessão do Pleno da corte de controle. Camargo, que estava afastado do cargo por decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), foi reconduzido ao posto em cumprimento a despacho do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, emitido no dia 24 de setembro. O conselheiro afirmou que seu retorno representa a vitória da Justiça. "Vou exercer a função com humildade e respeito à sociedade paranaense", declarou.

MAZZA

Outra vara

Para desafogar o grande número de processos da Lava Jato que tramitam na 13ª Vara da Justiça Federal, houve um desdobramento da 23ª Vara antes limitada a temas fiscais agora com atribuições criminais e entregue ao juiz Nivaldo Brunoni. O STF manteve a condenação de Cerveró, todavia o TRF da 4ª Região beneficiou a filha de Pedro Correa, Aline Correa.

TRIBUNA DO PARANÁ

TESTEMUNHA

Christiane Yared, mãe de Gilmar Rafael Yared, um dos jovens mortos no acidente causado pelo ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, foi uma das testemunhas convocadas pelo promotor Eduardo Labruna Dahia para ser ouvida no plenário do júri. A expectativa é que o júri popular seja marcado até o fim de outubro. Testemunhas do Ministério Público foram indicadas na segunda-feira.

02 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ GRANA ALTA!

Dinheiro de
Cunha e parentes
bloqueado na
Suíça chega
a 5 milhões
de dólares

AE - Brasília

A Suíça congelou perto de US\$ 5 milhões em ativos em nome do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e de parentes dele. Uma auditoria interna do banco que guarda esses valores foi responsável pelo informe que levou à abertura de uma ação criminal no país, por suspeita de lavagem de dinheiro. Essa investigação foi enviada na quarta-feira pelo Ministério Público (MP) suíço à Procuradoria-Geral da República no Brasil.

O banco entregou aos procu-



Pressão no presidente da Câmara

radores da Suíça um informe em que apontava irregularidades e fazia duas constatações: Cunha criou uma estrutura pra tentar esconder seu nome da conta e a renda movimentada era muito superior ao que o deputado havia declarado como salário.

O alerta deu um início a uma investigação, que resultou no congelamento dos ativos de

Cunha em diversas contas.

A Suíça investiga pagamentos relacionados à Petrobras desde março de 2014, quando foi deflagrada a Operação Lava Jato. Durante meses, o MP suíço pediu que bancos entregassem à Justiça detalhes sobre dezenas de contas. Até agora, mais de 300 já foram identificadas e bloqueadas, com um total de US\$ 400 milhões.

PRESSÃO

Parlamentares de PT, PSOL, PSB, PMDB e Rede apresentou ontem um requerimento em que solicitam a Cunha informações sobre as contas na Suíça. Caso ele não se manifeste até a próxima semana, os parlamentares apresentarão ao Conselho de Ética da Câmara um requerimento pra que o presidente apresente seus dados bancários e fiscais. A estratégia do grupo inclui questionar Cunha em todas as sessões, pra desgastar a imagem do presidente da Câmara.

02 OUT 2015

BEMPARANÁ

MARCELO JOSÉ ARAÚJO

Redução da maioridade penal e o trânsito

Entre jogadas, derrapagens e retomadas o debate acerca da redução da idade para imputabilidade penal continua rendendo. Mas qual seria o efeito no trânsito e a quem interessaria essa redução quando se trata de trânsito? Sob o manto de reduzir de 18 para 16 anos a imputabilidade penal, sob a égide de coibir práticas criminosas hoje praticadas por esses jovens, fica para um segundo plano as consequências em outras áreas jurídicas, como por exemplo o trânsito. Um dos requisitos para habilitar-se em veículos motorizados é a imputabilidade penal, pois o Código de Trânsito não faz tal referência à idade, e sim a responsabilização penal. Muitos me perguntam sobre a possibilidade do Congresso alterar o CTB para estabelecer a idade de 18 anos para primeira habilitação. Acho difícil, até porque sempre foi o argumento determinante para coibir o ânimo dos jovens entre 16 e 18 anos dirigirem, ainda que argumentando a possibilidade de votar, o que aparentemente exigiria responsabilidade para escolha de quem dirige o legislativo e executivo de todas as esferas.

Não creio que a discussão sobre esse efeito direto da redução da idade para fins de imputabilidade penal encontrasse barreiras na habilidade do jovem, sua destreza, pois isso parece inegável a tomar de exemplos jogos e aparelhos eletrônicos e até mesmo brinquedos ou veículos de competição motorizados. Mas, acredito que a questão barrasse na maturidade, e sabemos, o trânsito não é feito de previsibilidades e sim de imprevistos que precisam ser enfrentados a todo instante com maturidade. Nossa indústria automobilística está enfrentando dificuldades, e sabemos que a economia do país nela se suporta bastante. De imediato aumentaria em dois anos a faixa etária de potenciais clientes de revendas, e reverberando a famosa e infeliz frase da ex-presidenta da Petrobras, querendo fazer 'Graça' disse adorar engarrafamentos, me parece que indústria automobilística daria total apoio a iniciativa, bem como o mercado de usados. Para condução de veículos da categoria 'C' (caminhões) é necessário um ano de habilitação na categoria 'B', o que também reduziria a idade para condução de tais veículos. Apenas 'D' e 'E' que a legislação exige 21 anos de idade, além do tempo mínimo de condução.

Havendo uma faixa etária de dois anos de potenciais condutores certamente algum efeito haveria no número de veículos nas ruas, e aparente prejuízo na fluidez e mobilidade, pois os pais mais suscetíveis às pressões e manipulação dos filhos e sem o argumento da lei como defesa, acabariam não apenas cedendo a posse de seus carros mas também comprando outro quando as condições o permitissem.

MARCELO JOSÉ ARAÚJO - Advogado e Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Mobilidade da OAB/PR

02 OUT 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

TSE adia julgamento de Dilma e Temer



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou a conclusão do julgamento sobre a continuidade da ação de investigação eleitoral em que o PSDB pleiteia a cassação dos mandatos da presidenta Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer. O julgamento foi interrompido no dia 25 de agosto, após pedido de vista da ministra Luciana Lossio, que não compareceu a sessão de ontem.

O placar da votação está em 4 votos a 1 pela reabertura da ação. Em fevereiro, a ministra Maria Thereza de Assis Moura arquivou o processo, por entender que não há provas suficientes para o prosseguimento da ação. No entanto, o TSE voltou a julgar o caso, devido a um recurso protocolado pela Coligação Muda, Brasil, do candidato derrotado à Presidência da República Aécio Neves, do PSDB. A legenda alega que há irregularidades fiscais na campanha relacionadas com a Operação Lava Jato. ●

01 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Nomeação por decisão judicial não dá direito a pagamento retroativo, diz STJ

Corte Especial seguiu entendimento firmado pelo Supremo, segundo o qual o tempo do processo não configura demora da administração pública

O servidor que é nomeado tardiamente em cargo público por força de decisão judicial não tem direito a receber os valores correspondentes ao que teria recebido se houvesse sido empossado no momento correto. A decisão, por unanimidade de votos, foi da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e pôs fim a divergência de entendimento até então existente no tribunal.

A questão foi discutida em embargos de divergência apresentados pelo Distrito Federal contra decisão da 2ª

Turma do STJ. O objetivo do DF era anular a indenização concedida a um agente penitenciário que ingressou no cargo por decisão judicial. O relator, ministro Luis Felipe Salomão, destacou que a Corte Especial já havia revisado sua posição anterior, favorável à indenização, para seguir a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Em julgamento de recurso extraordinário sob o rito da repercussão geral, o STF decidiu que “não é devida indenização ao candidato

cujá nomeação tardia decorre de decisão judicial, tendo em vista que o retardamento não configura preterição ou ato ilegítimo da administração pública a justificar uma contrapartida indenizatória”.

A decisão do STF ressaltou a hipótese de haver comprovação da existência de arbitrariedade manifesta da administração, o que geraria o dever de indenizar. Seria o caso de descumprimento de ordens judiciais, litigância meramente procrastinatória ou má-fé.

Trâmites para instalação de Vara do Trabalho em Fazenda Rio Grande avançam

Em um levantamento realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9) foi apontada a viabilidade técnica da criação de uma Vara do Trabalho em Fazenda Rio Grande. A região preenche os requisitos da Resolução nº 63, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em Brasília, para onde serão encaminhados os estudos e a manifestação do

TRT9 pela nova Vara.

Em julho deste ano, advogados fazendenses reuniram-se com o presidente Carlos Vanderlei Muhlstedt e o vice-presidente Jaiderison Rivarola, da subseção de São José dos Pinhais da OAB/PR (Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná), visando debater a respeito da implantação da subseção de Fazenda Rio Grande e sobre criação de uma Vara

do Trabalho na cidade.

No mesmo dia, advogados, OAB/SJP e ACINFAZ se reuniram com a Prefeitura e um representante do TRT9. Neste encontro, cada entidade representada se comprometeu a desenvolver ações que pudessem contribuir com a criação da vara trabalhista no município. A Associação Comercial se comprometeu a endossar o pleito como entidade de classe.

01 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proibição de financiamento empresarial favorece caixa 2, diz Gilmar Mendes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, disse ontem que a proibição da doação de empresas para financiamento de campanhas eleitorais irá favorecer a prática de caixa 2. Ao sancionar a lei da minirreforma eleitoral na terça-feira, a presidenta Dilma Rousseff vetou o inciso que permite a doação de empresas para campanhas eleitorais de candidatos, repassadas por meio de partidos políticos ou comitês financeiros das coligações.

Para Gilmar Mendes, mesmo impedidos de participar das contribuições, setores econômicos têm interesse nos resultados das eleições e vão "buscar meios de participar de alguma forma". "O grande temor é que já haja recursos nas mãos de pessoas que vão fazer esta distribuição", afirmou o ministro, depois de uma reunião com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Gilmar Mendes acrescentou que a Justiça Eleitoral não tem condições de coibir por total essa prática.

No último dia 17, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu proibir o financiamento privado de campanhas políticas. A Corte encerrou o julgamento, iniciado em 2013, de uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que questionou artigos da Lei dos Partidos Políticos e da Lei das Eleições. Diante do resultado do julgamento, Gilmar Mendes considerou "natural" a decisão da presidenta Dilma Rousseff de vetar. No julgamento, Mendes votou

a favor da doação das empresas para as campanhas.

Para o ministro do Supremo, o Congresso teria dado uma "grande contribuição" se tivesse se posicionado sobre o tema antes do julgamento e agora o país está "metido em uma grande confusão".

"A confusão só não é maior porque o Supremo não disciplinou a doação de pessoas físicas. O pedido era para que Supremo fixasse um teto para doação de pessoa física, mas com esta fórmula[veto ao financiamento empresarial] a gente vai montar talvez o maior laranjal", afirmou, acrescentando que o Brasil perdeu a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, mas está ganhando todas "as copas da corrupção e de laranjas".

01/10/2015 -- 00h00

Audiência de custódia é implantada em Londrina

Presos em flagrante serão ouvidos por juiz em 24 horas; comarca é a primeira do interior a adotar o projeto



Rapaz detido por embriaguez ao volante foi o primeiro beneficiado



Rodrigo Dalledone, coordenador do projeto, explicou que a proposta é "ter um filtro mais rigoroso de quem vai para a cadeia"

CONTINUA

01 OUT 2015

CONTINUAÇÃO

Um rapaz preso em flagrante por embriaguez ao volante na segunda-feira foi o primeiro a se beneficiar pelo projeto Audiências de Custódia, que foi implantado oficialmente ontem em Londrina. Depois de ser ouvido pelo juiz Katsujo Nakadomari, da Vara de Execuções Penais, o rapaz teve a carteira de motorista suspensa por seis meses e vai responder processo em liberdade.

Os presos em flagrante serão ouvidos em 24 horas por um juiz que vai decidir se responderão o processo em liberdade ou encarcerados. O juiz Nakadomari e a juíza substituta da 5ª seção judiciária, Claudia Andrea Beretolla Alves, foram designados para atuar no projeto.

As audiências de custódia foram adotadas no Brasil por determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski. Elas estão previstas no Pacto de San José da Costa Rica, um tratado internacional que o Brasil assinou na Convenção Americana de Direitos Humanos, em 1969.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

01 OUT 2015

O projeto começou pela capital paulista. Foi implantado em Curitiba, em agosto, e agora chega a Londrina. O coordenador do projeto junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Rodrigo Dalledone, explicou que a proposta é "ter um filtro mais rigoroso de quem vai para a cadeia". "Os magistrados vão analisar os antecedentes criminais, a periculosidade do preso e o impacto do crime na sociedade e decidir se ele deve ou não aguardar o julgamento em liberdade."

Esse processo dará mais agilidade ao Judiciário. No caso do rapaz preso por embriaguez ao volante, no sistema atual, ele poderia aguardar de uma semana a dez dias para o processo chegar na mão do juiz. Como foi beneficiado pelo projeto, em menos de 24 horas após ser detido ele foi liberado. Em Curitiba, o projeto atende apenas uma parte da cidade, mas segundo Dalledone já apresenta resultados positivos.

CONTINUA

01 OUT 2015

CONTINUAÇÃO

Antes do projeto, os flagrantes eram comunicados pela polícia aos juízes de plantão, que analisavam os documentos para verificar se a pessoa era réu primário ou perigoso e, então decidiam se ele permaneceria preso ou não. Às vezes, por falta de informações, a pessoa ficava detida. Agora, além do indiciado ter a possibilidade de ser ouvido logo após a prisão, a comarca também terá disposição tornozeleiras eletrônicas, o que vai facilitar o monitoramento do preso. "O juiz poderá conceder a liberdade provisória, determinar o uso de tornozeleira, ou, por exemplo, nos casos da Lei Maria da Penha, determinar medidas restritivas", explicou o juiz Katsujo Nakadomari.

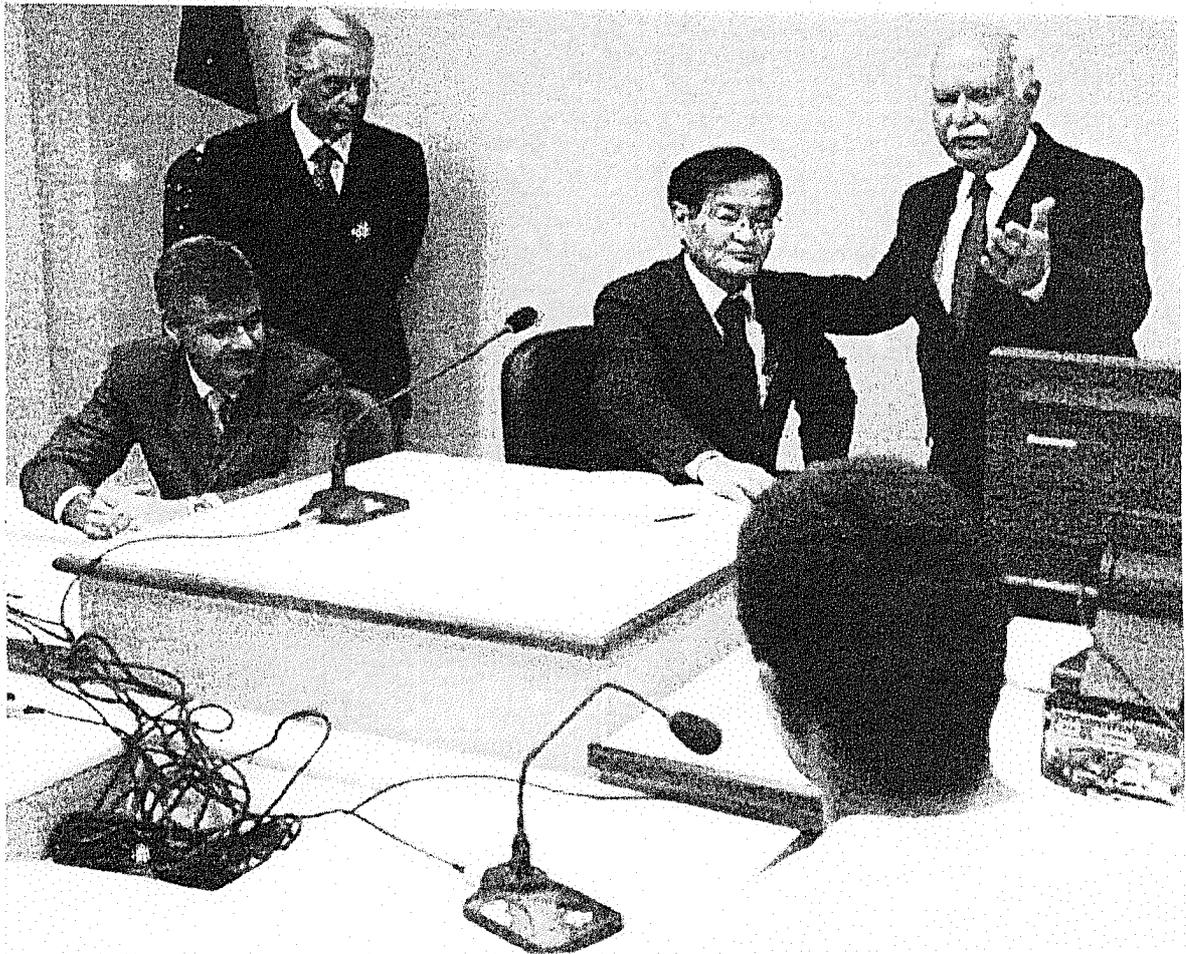
O promotor Maurício Cirino dos Santos, representante do Ministério Público, enfatizou que essa é a "maior iniciativa do Judiciário brasileiro". "Significa a humanização do procedimento de flagrante e garante a dignidade do preso. Permite a análise olho no olho e não apenas de papéis", disse Santos.

CONTINUA

01 OUT 2015

CONTINUAÇÃO

A implantação do projeto em Londrina é, na opinião do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, um fato histórico e resultado do empenho das autoridades judiciais para que isso ocorresse. "Uma simples audiência de custódia vai fazer Londrina entrar para a história, porque estamos estabelecendo aqui a primeira comarca do interior a receber o projeto. E isso vai ficar registrado no Tribunal de Justiça e também na CNJ".



CONTINUA

CONTINUAÇÃO

01 OUT 2015

ESTRUTURA PRÓPRIA

Diferentemente de Curitiba, aqui o projeto ganhou uma estrutura própria. Um andar do prédio da Vara de Execuções Penais (VEP) foi preparado com salas para o Instituto Médico Legal (IML), para a Polícia Militar e a OAB, além de secretaria e sala de audiência. Três funcionários foram designados para o projeto e um quarto deve ser deslocado de outra vara. De acordo com o juiz Katsujo Nakadomari, em média entre 15 e 20 pessoas são presas em flagrante por semana em Londrina. Ele acredita que deverá presidir cerca de cinco audiências por dia. Inicialmente, serão três audiências por semana. "Quem for preso no sábado e domingo será ouvido na segunda-feira", disse o magistrado.

Segundo o juiz, cerca de 30% da população carcerária de Londrina são de presos provisórios. "O rapaz solto hoje, se não fosse a audiência, ele não sairia antes de uma semana. O caso teria que entrar no cartório, esperar a distribuição até chegar na mão do juiz. Isso demoraria uma semana ou mais", declarou. O delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial (SDP) de Londrina, Sebastião Ramos dos Santos Neto, sempre defendeu a necessidade das audiências de custódia para desafogar as cadeias.

CONTINUA

01 OUT 2015

CONTINUAÇÃO

"Ele (projeto) não vai resolver o problema, mas vai dar à pessoa presa a dignidade humana. Às vezes, a pessoa espera de 10 a 20 dias para a análise de uma prisão administrativa", afirmou, referindo-se a casos como embriaguez ao volante.

Aline Machado Parodi
Reportagem local